

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JAMILE LOPES WUST

TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS:
Estudo de caso do município de Caarapó - MS

DOURADOS/MS

2018

JAMILE LOPES WUST

**TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS:
Estudo de caso do município de Caarapó - MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Me. Juarez Marques Alves

Banca Examinadora: Prof. Dr. Rafael Martins Noriller

Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Dourados/MS

2018

**TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS:
Estudo de caso do município de Caarapó - MS**

JAMILE LOPES WUST

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Professor: Me. Juarez Marques Alves
Orientador

Professor: Dr Rafael Martins Noriller
Avaliador

Professora: Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais essa etapa que está sendo finalizada, e também pedir a ele a proteção e orientação nas novas fases que irão se iniciar, sem Ele não teria chegado onde estou.

Sou grata a minha família, que sempre me apoiou, orientou e foi como base para tudo em minha vida, ao meu pai Jaime Osnir Wust, minha mãe Lucirleine Lopes Wust e meu irmão Osnir Rubens Lopes Wust.

Sou imensamente agradecida pela minha companheira de viagem de todos os dias em minhas idas e vindas a faculdade, minha motorista, amiga, Elaine Araújo, pois ela fez tudo que podia, sua ajuda foi essencial.

Agradecer ao meu orientador Prof. Juarez Marques, que com paciência e sabedoria esteve ao meu lado, compartilhou seu conhecimento e suas histórias de vida no qual só aumentaram minha admiração.

Agradeço aos professores Rafael Martins Noriller e Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira por se disponibilizar e se doar por nós alunos, particularmente a mim. E aos demais professores que expandiram nossos conhecimentos e fazem parte da minha construção como graduada.

Agradeço ao Luis Augusto Zanella Aquino, que me ajudou incondicionalmente o quanto pode para que eu pudesse concluir essa etapa. O amor foi transmitido em cada ato que se doou por mim.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio e compreensão ao longo de minha jornada.

RESUMO: A administração pública tem como finalidade gerir os serviços destinados à sociedade em busca da satisfação das necessidades coletivas, como a tomada de conhecimento da população sobre os gastos públicos. Destaca-se que a transparência é um dos resultados da abertura das organizações para fornecer informações abrangentes e cabíveis, além de manter meios para uma comunicação direta com a população. O presente trabalho buscou analisar o Balanço Patrimonial, e as contas dispostas no portal de transparência municipal e também na Secretaria do Tesouro Nacional, em especial utilizadas para verificação foram o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, Passivo Permanente e o saldo patrimonial divulgados do período de 2012 a 2017 no município de Caarapó – MS. A metodologia utilizada foi pesquisa documental com dados secundários e a pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que município de Caarapó - MS cumpriu com o princípio da publicidade no ano de 2012 a 2016, porém deixou de seguir o princípio da eficiência e transparência no ano de 2013, 2014, 2015 e 2017. Conclui-se que a publicidade se faz presente no município em sua maioria, mas deixa faltar no quesito eficiência e transparência, pois algumas informações são divergentes.

Palavras-chave: Transparência pública; gastos públicos; gestão governamental; orçamento municipal.

ABSTRACT: The purpose of public administration is to manage the services that are destined to society for the purpose of meeting collective needs. One example is the public's knowledge of public spending. It should be noted that transparency is one of the results of the opening of organizations to provide comprehensive and appropriate information, as well as maintaining means for direct communication with the population. The present work analyzed the Balance Sheet, and the accounts arranged in the municipal transparency portal and also in the National Treasury Department. This documents is especially used for verification were Financial Assets, Permanent Assets, Financial Liabilities, Permanent Liabilities. The balance of assets released and studied from the period of 2012 to 2017 that was of the municipality of Caarapó - MS. The methodology used was documentary research with secondary data and bibliographic research. The results indicated that the municipality of Caarapó - MS complied with the principle of advertising in the year 2012 to 2016. And that the municipality failed to follow the principle of efficiency and transparency in the year 2013, 2014, 2015 and 2017, too. It is concluded that advertising is makes present in the municipality in the majority, but leaves lack in the question of efficiency and transparency, because some information is divergent.

KEYWORDS: Public transparency; Public spending; government management; municipal expenses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1-	Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2012-2013).....	19
Figura 1-	Varição entre os demonstrativos 2012-2013.....	20
Tabela 2-	Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2014-2015).....	21
Figura 2-	Varição entre os demonstrativos 2014-2015.....	21
Tabela 3-	Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2016-2017).....	22
Figura 3-	Varição entre os demonstrativos 2016-2017.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal

STN = Secretaria do Tesouro Nacional

CF = Constituição Federal

Art. = Artigo

PIB = Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	09
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMATICA	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2.0 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL OU PÚBLICA	12
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	13
2.3 PRINCÍPIO DE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA	13
2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS	14
3.0 METODOLOGIA.....	16
3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	16
3.2 ÁREA DE PESQUISA.....	17
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	17
3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS	17
4.0 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	19
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6.0 REFERÊNCIAS	26
7.0 ANEXOS	28

1.0 INTRODUÇÃO

A luta da sociedade pela mudança da forma de democracia empregada no Brasil tem buscado uma reforma e uma visão moderna da gestão pública tornando-a mais receptiva ao que a sociedade civil necessita. Uma reforma democrática faria com que o modelo de governança se voltasse mais para os interesses da população (PAULA, 2005).

É visto que a sociedade econômica mundial tem passado por crises políticas e sociais, fazendo com que os países tivessem momentos difíceis o que provocou inúmeras transformações em suas formas de governar. Essas mudanças atingiram principalmente setores administrativos, em especial dentro dos campos tecnológicos de comunicação e divulgação da informação (PEREIRA, 2017).

Pereira (2017) destaca que com o desenvolvimento das redes sociais e o acesso livre e imediato às informações que são disponibilizadas aos cidadãos usuários do serviço público, oportunizou um aumento das exigências por parte da sociedade em relação aos governantes, para que a gestão pública se tornasse mais efetiva. Nesse contexto, confirma-se a obrigatoriedade de se manter princípios básicos que orientam o direcionamento dos segmentos dos setores públicos, obrigando os gestores a serem cada vez mais transparentes, terem mais equidade, cumprirem as leis e a prestarem contas com conduta ética em relação à população (PEREIRA, 2017).

Sabe-se que existem leis que regem essa obrigatoriedade da transparência das contas públicas e do planejamento orçamentário por parte da gestão governamental, o que obriga constitucionalmente o setor público a seguir diretrizes e gerar pareceres previamente relatados e resumidos da execução dos projetos e gastos com a cidade, estado ou país.

Devido à necessidade da divulgação desses relatórios e prestação de contas para com a sociedade, tem sido possível ter o acesso por meio de duas fontes: através do Governo Federal, acessando seu endereço virtual e sendo direcionando para o *link* das transparências escolhendo se quer dados (federais, estaduais ou municipais) ou através do acesso ao órgão que responde pelo local específico que se deseja a informação, podendo ser o município ou estado. Com relação aos municípios, tem-se os endereços eletrônicos das prefeituras municipais e onde há a opção do *link* de transparências, pois as prefeituras devem disponibilizá-lo isso para a população municipal e para o governo

federal. Porém, o que se encontra ao acessar as duas fontes podem trazer dúvidas quanto à equidade das informações, problematizando ou não o acesso à informação correta.

Municípios de porte pequenos, como o da cidade de Caarapó - MS, acabam sofrendo com essa falta de equidade, pois a população pouco exige isso dos seus representantes políticos. Logo, isso traz a necessidade de investigações mais apuradas sobre os dados divulgados.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMATICA

O Governo, por ser representante da população, deve prestar contas à mesma, havendo transparência dos gastos e assim fazendo com que os recursos utilizados se tornem de conhecimento da sociedade, tornando a gestão mais eficiente e mais adequada mediante necessidades coletivas. Sabendo disso faz-se a seguinte indagação:

O procedimento de prestação de contas pelo município de Caarapó-MS atende aos princípios da transparência pública e eficiência da gestão pública?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos encontram-se divididos em geral e específicos para melhor atender o questionamento do tópico anterior.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho buscou analisar o Balanço Patrimonial do período de 2012 a 2017 no município de Caarapó - MS para que fosse verificado se as informações disponibilizadas no portal de transparência municipal e na Secretária do Tesouro Nacional eram eficientes e condizentes com o que a Lei Estadual nº 4.116 do art. 4º de 2013 define como obrigatoriedade da gestão pública. Para tanto, as contas em especial utilizadas para verificação foram o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, Passivo Permanente e o saldo patrimonial divulgados.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atender ao objetivo geral foram necessários especificações que objetivassem responder a indagação do problema de pesquisa. Tais especificações seguidas estão dispostas abaixo:

- Verificar se o município de Caarapó - MS foi transparente com as informações das contas públicas;

- Analisar a divulgação da informação no *site* do portal de transparência do município de Caarapó – MS e as que estão contidas no *site* da STN (Secretaria do Tesouro Nacional);

- Comparar se as informações estão em conformidade nas duas bases de dados citadas anteriormente e observar se ocorre a divergência nas informações divulgadas em relação a apuração do saldo patrimonial do município em questão.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa está amparada pela justificativa de que não foi encontrado nenhum estudo ou análise contábil que demonstrassem se a prestação das contas públicas está sendo de forma transparente, publicados em relação à cidade de Caarapó – MS.

De modo geral, o governo lida com dinheiro público, o que diretamente afeta a sociedade; logo, se faz importante que haja participação social nessas questões governamentais para assim observar onde estão sendo alocados os recursos coletados. Com isso, os órgãos têm como obrigação seguir os princípios estipulados em lei, que nos resulta numa transparência das informações para se entender o que está ocorrendo na gestão, de modo a observar se está sendo feita a aplicação correta dos recursos e se ocorre de maneira eficiência, para que essas informações tenham também qualidade em sua divulgação e essência.

Outra justificativa encontrada é que apesar de Caarapó ser um pequeno município, sua participação econômica é importante para o estado de Mato Grosso do Sul, pois em 2015 se classificou em 18º do *ranking* do estado de Mato Grosso do Sul através de seu PIB. Além disso, por ser um município menor, pode ser que a população não faça uma participação tão efetiva, por acreditar que o município não tenha influência econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender melhor o tema abordado foi apresentado alguns importantes conceitos e características sobre o assunto. Essa seção apresentará os seguintes tópicos:

- Administração Governamental ou Pública;
- Orçamento Público;
- Princípio de Transparência e eficiência;
- Prestação de contas;

2.1 ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL OU PÚBLICA

A administração pública tem como finalidade gerir os serviços destinados à sociedade em busca da satisfação das necessidades coletivas (KOHAMA, 2016). Portanto, pode-se afirmar que administrar é saber gerenciar todas as ações públicas, além de executar, dirigir e governar com sabedoria objetivando obter um resultado benéfico à população.

O serviço público vem a ser todo e qualquer serviço que é prestado à população, direta ou indiretamente, ou por suas delegações, para assim gerar a satisfação e bem-estar da coletividade (ANDRADE, 2010). A administração direta é o conjunto de atividades e ações que gerenciam a estrutura da governança através de cargos como o da Presidência da República, do Governo do Estado ou Representante do Município (Prefeitura Municipal) e, a administração indireta é quando ocorre uma descentralização dos setores públicos, ou seja, os serviços não serão prestados pelos governantes, mas sim por meio das pessoas que representam as empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista (ANDRADE, 2010).

Considerando, então, que o alvo são os cidadãos e que o objetivo é manter o bem-estar da sociedade, é necessário a participação da mesma nas políticas públicas e para atender essa demanda os governantes fazem mudanças na gestão, tornando-a mais democrática e participativa (SILVA, 2017). Vê-se assim que essas ações objetivam um certo estímulo para uma organização da sociedade civil para sua participação nas tomadas de decisões com relação ao município em que residem, então a participação da sociedade pode-se fazer através da visualização da publicação dos orçamentos públicos.

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento pode ser entendido como um plano de atividades que o governo deve seguir, lá constará os serviços que presta a sociedade e quanto isso custou. O orçamento é um documento de divulgação das ações do governo. A divulgação do orçamento observa a legislação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), onde é cobrada a publicação periódica de dados referentes às receitas e despesas do governo. (SANTOS, 2001).

As receitas são os recursos que constam nos cofres públicos, dividindo-se em receitas originárias (receita de forma direta, que surge do patrimônio público por meio dos serviços prestados) e receitas derivadas (receita de forma indireta, que se oriunda de arrecadações, através do poder que o estado tem, em forma de multas e tributos) (MARTINS, 2003). E as despesas são os recursos utilizados pelo Estado para custear os serviços e atividades prestadas, conservar seu patrimônio público e manter sua estrutura e pessoal (MARTINS, 2003).

A administração utiliza o orçamento como um instrumento que tende auxiliar em várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle (MACHADO, 2002).

O Art. 165 da CF/88 determinou a base do planejamento orçamentário através de um sistema composta por três instrumentos, sendo: 1) O Plano Plurianual – (PPA); 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias – (LDO); 3) Lei Orçamentária Anual – (LOA).

O PPA tem como objetivo estabelecer as diretrizes, metas e objetivos da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (MACHADO, 2002).

A LOA aloca os recursos previstos entre os diversos programas, atividades e projetos em concordância com as diretrizes do PPA e as prioridades definidas pelo LDO.

Ainda de acordo com o Art. 165 da CF/88 em seu § 2º, na LDO devem estar estabelecidas as metas, prioridades e despesas para o exercício do governo subsequente e ainda orientar na elaboração da LOA.

2.3 PRINCÍPIO DE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA

O acesso à informação é necessário aos cidadãos para que estes visualizem como está sendo feito a aplicação dos recursos. A partir disso a administração pública necessita assumir uma nova postura, sendo mais transparente, utilizando ferramentas

para a divulgação de informações e dados. Destaca-se que está transparência é um dos resultados da abertura das organizações para fornecer informações abrangentes e cabíveis, além de manter meios para uma comunicação direta com a população (SILVA, 2017).

A transparência de dados públicos deve possuir três características imprescindíveis, são elas: 1) publicidade; 2) compreensibilidade; 3) utilidade. Com isso pode-se observar que ela não satisfaz apenas a divulgação de informações, mas também a necessidade de disponibilização dos dados, com uma linguagem clara e que possibilite um melhor entendimento (ALMEIDA et al, 2015).

O princípio de transparência é estabelecido como um livre fluxo de informações e de acesso a todos os interessados, para assim compreender e monitora-los (DIAS, 2012).

A transparência deve possuir uma informação completa, objetiva, confiável e de qualidade, não bastando apenas a divulgação, ou seja, a divulgação permite a população acompanhar a gestão pública, permitindo que sejam examinados os procedimentos das ações governamentais geridas pela administração, para que aumente a participação popular, dando jus a uma democracia e como consequência cobrar responsabilidades pelos atos, quando necessário. Além disso, possibilita uma redução de casos de corrupções e descumprimento das políticas públicas. (FIGUEIREDO, 2013).

A divulgação dessas informações, ou seja, a prestação de contas para com a sociedade, deve ser de forma confiável para que o cidadão tenha segurança de que ela seja de forma fidedigna. Essa confiabilidade objetiva a divulgação da realidade vivida pelo órgão e deve ser legitimada pelos órgãos fiscalizadores. (FIGUEIREDO, 2013).

O princípio de eficiência, obriga a Administração pública e seus agentes a agir para o bem comum, através do exercício de suas competências, agindo de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e em busca de qualidade. Utilizando sempre a legislação para melhor utilização dos recursos públicos.

2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

O art. 48 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, está volta-se para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual obriga a divulgação dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e, também as prestações de contas com o respectivo parecer prévio. Deve conter também o Relatório Resumido da Execução

Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, além das versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

O art. 4º do Diário Oficial do Mato Grosso do Sul da Lei n.4.116, de 17 de outubro de 2013, orienta que é função dos órgãos e entidades referidas na lei, assegurar os seguintes termos:

I - gestão transparente de informação, no qual dará acesso a todas as informações necessárias segundo a legislação; II - proteção da informação, garantindo também que ela seja autêntica, esteja disponível e sua probidade; III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observando as características anteriores e sua eventual restrição de acesso. Essas leis garantem a divulgação de forma transparente das previsões orçamentárias e dos gastos públicos, possibilitando o acesso para toda a sociedade.

No Art. 37 da CF/88 e em seu § 1º ficou estabelecido alguns princípios a serem seguidos pela administração pública e é onde a publicidade está prevista como um dos princípios, são eles:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Além da publicação no portal municipal da cidade é estabelecido na Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 em seu art. 51º que o município deve fazer a divulgação em âmbito nacional.

Art. 51º O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II - Estados, até trinta e um de maio.

Com isso, percebe-se que a divulgação dos dados é importante a sociedade, além de ser um direito da participação da população e estar amparada pela lei.

De acordo com a LRF no art. 51 em seu § 2º o descumprimento dos prazos previstos e até mesmo a falta de divulgação das informações cobradas em lei, ou seja a falta de transparência da gestão, impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

3.0 METODOLOGIA

Acevedo, et al. (2010) definem o método científico como sendo regras e procedimentos no qual a ciência assegura a aceitação ou rejeição de seu corpo de conhecimento, incluindo hipóteses, leis e teorias. E quem assim consiga atingir o objetivo estabelecido. O método então possui algumas etapas como: a formulação da problemática; a revisão da literatura; o enunciado das hipóteses; a escolha das técnicas utilizadas para coleta de dados e análise; a coleta de dados e pôr fim a análise e interpretação desses dados (ACEVEDO, et al. 2010).

Trata-se de maneiras de se fazer ciência, e com isso fica atento aos procedimentos adotados, ferramentas e os caminhos. Caminhos estes que levam a um resultado, mesmo que não seja determinado antecipadamente e refletido (SILVA, 2010).

3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

A pesquisa teve como base o método de pesquisa documental com dados secundários no qual foi usado as informações visibilizadas pelo portal de transparência do município de Caarapó- Ms e pelo Portal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Após utilizar a pesquisa documental, foi utilizado a pesquisa quantitativa, pois essa pesquisa busca resultados exatos, comprovados através de medidas variáveis preestabelecidas, ou seja, os resultados são obtidos e comprovados de forma numérica, exata e inquestionável (MICHEL, 2015).

E em seguida foi utilizado a pesquisa qualitativa, porque teve um propósito é identificar e analisar com maior grau de profundidade dados e informações não mensuráveis. Nessa pesquisa o pesquisador participa, compreende e interpreta (MICHEL, 2015).

Além disso a pesquisa também utilizou do método de pesquisa bibliográficas para embasar meu referencial teórico sobre o ponto de vistas de outros autores, para isso usufruiu-se da ferramenta *Google Acadêmico* com as seguintes palavras-chaves e alguns respectivos sinais booleanos: "contas públicas municipais" *AND* "governo federal", "Transparência das contas públicas".

3.2 ÁREA DE PESQUISA

A pesquisa foi regional, e utilizou-se de documentos e dados relacionados a cidade de Caarapó-MS, localizado no estado do Mato Grosso do Sul, aproximadamente há 272,6 Km de distância da capital Campo Grande e 53,5 Km da segunda maior cidade do Estado, Dourados. Com uma população estimada em 29.292 habitantes no ano de 2017. A cidade possuía em 2016 um território de 2.089,60 Km². Seu PIB *per capita* em 2015 era de aproximadamente R\$ 37.497,20 e mais da metade das receitas era oriunda de fontes externas, cerca de 76,70%.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Essa pesquisa documental dispôs de dados divulgados mediante portais públicos, Portal de Transparência do Município e o STN. Através destes dados analisou-se o Balanço Patrimonial, e as contas em especial as utilizadas para verificação constituídas pelos Ativos Financeiro e Permanente, os Passivos Financeiro e Permanente e, o Saldo Patrimonial.

Primeiramente foi feito uma coleta desses dados secundários que estão disponibilizados pela prefeitura de Caarapó - MS em seu endereço eletrônico e, em seguida os dados que estavam publicadas no Sistema do Tesouro Nacional (STN). A partir daí foi realizada uma análise dos dados obtidos, onde foi verificado se as transparências dos dados do período entre 2012 e 2017 foram feitas conforme a legislação vigente, e se estavam coerentes e com equidade das informações. A utilização desse período ocorre a partir de 2012, pois foi quando município iniciou a publicação do Balanço Geral Consolidado, onde apresentam as contas que foram utilizadas.

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

De forma a responder o questionamento, foi analisado o Balanço Patrimonial consolidado do Portal da Transparência do município e o STN, em especial as contas do Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial, onde foi observado se estava de acordo com a LRF, no quesito transparência e eficiência.

As contas foram escolhidas pela importância dentro da gestão pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, no art. 105, determina em seus parágrafos que:

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.”

4.0 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados coletados nos Balanços Patrimoniais estão dispostos em tabelas, contendo as informações numéricas relativas aos seguintes dados:

- Ativo Financeiro;
- Ativo Permanente;
- Passivo Financeiro;
- Passivo Permanente;
- Saldo Patrimonial.

Tais dados são referentes aos anos de 2012 a 2017, divididos entre as bases do Portal da Transparência e Secretaria do Tesouro Nacional, bem como suas diferenças anuais.

Tabela 1: Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2012-2013)

Contas Analisadas	2012			2013		
	Portal Transparência	STN*	Diferença	Portal Transparência	STN	Diferença
Ativo Financeiro	3.993.777,87	3.993.777,87	-	7.774.939,13	10.650.274,54	-2.905.335,41
Ativo Permanente	28.658.559,87	28.658.559,87	-	67.804.867,28	64.899.531,87	2.905.335,41
Passivo Financeiro	1.376.524,34	1.376.524,34	-	443.969,67	2.647.293,15	-2.203.323,48
Passivo Permanente	20.817.491,44	20.817.491,44	-	17.068.383,52	17.068.383,52	-
Saldo Patrimonial	10.458.321,96	10.458.321,96	-	58.037.453,22	55.834.129,74	2.203.323,48

Fonte: Da autora, com dados do Portal Municipal de Caarapó e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Analisando a **Tabela 1**, pode-se visualizar que no ano de 2012 ocorreu a divulgação no portal do município e também a divulgação no STN, conforme é exigido na LRF Art. 51º onde torna obrigatório o encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União. O município foi transparente e eficiente, pois além de cumprir com o princípio de publicidade, ele aderiu as características que compõe o princípio de transparência.

No ano de 2013, entende-se que o município não agiu de forma transparente, porém, cumpriu com o princípio da publicidade de acordo com o Art. 37 da CF/88 e em seu § 1º, pois ele fez a divulgação em ambos os meios eletrônicos, mas deixou de executar o princípio de eficiência e transparência, já que não possui as características de

qualidade e confiabilidade na prestação de contas, de acordo com variação dos valores encontradas por ambas as informações divulgadas pelo município.

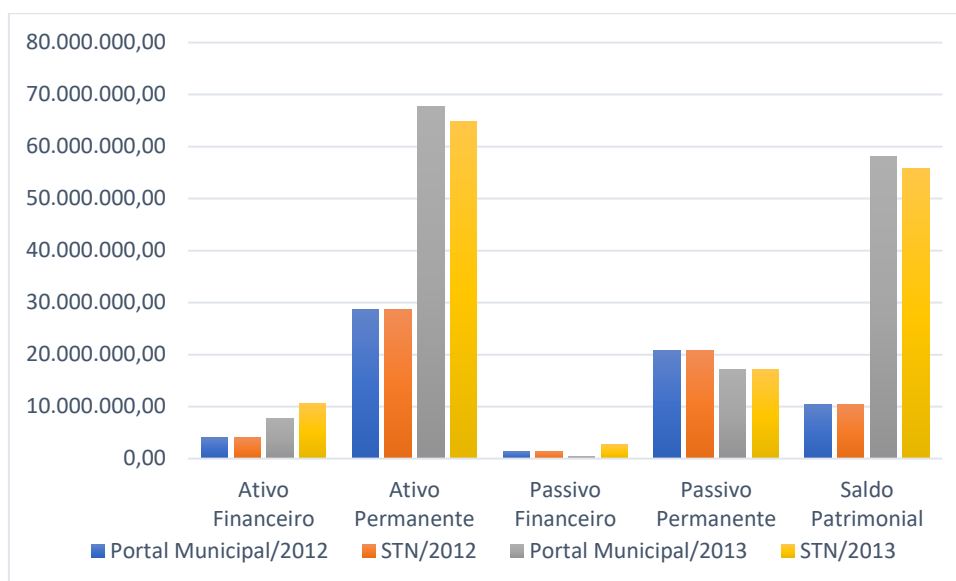


Figura 1: Variação entre os demonstrativos 2012-2013.

Fonte: Da autora, elaborada com dados da pesquisa.

Nessa **figura 01**, podemos comparar visualmente a diferença encontrada com relação a cada conta e no decorrer desses dois anos. Em 2012, pelo município ter agido em conformidade com a legislação e se atentar aos princípios estabelecidos, não incorreu variação, logo todas as contas se igualam.

Ao analisarmos o ano subsequente, notamos uma variação significativa, já que ocorreu uma diferença grande entre os dados disponibilizados pelo município, nas contas de Ativo Financeiro constou uma alteração de R\$ 2.905.335,41, Ativo Permanente com R\$ 2.905.335,41, Passivo Financeiro e Saldo Patrimonial apresentam uma variação de R\$2.203.323,48, não incorrendo variação apenas na conta de Passivo Permanente, com isso percebemos que o município não manteve uma comunicação de forma fidedigna com população e não transmitiu então a realidade vivenciada pelo órgão.

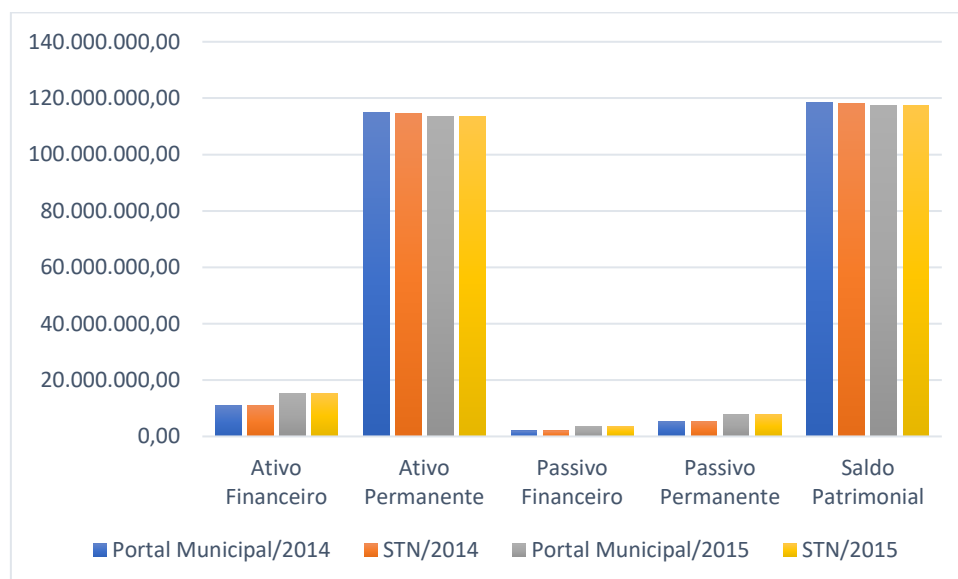
Tabela 2: Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2014-2015)

Contas Analisadas	2014			2015		
	Portal Transparência	STN*	Diferença	Portal Transparência	STN	Diferença
Ativo Financeiro	10.902.732,76	10.902.720,29	12,47	15.366.063,60	15.366.063,60	-
Ativo Permanente	114.784.514,59	114.690.997,38	93.517,21	113.410.964,25	113.410.964,25	-
Passivo Financeiro	2.012.720,15	1.990.821,38	21.898,77	3.688.000,67	3.688.904,71	-904,04
Passivo Permanente	5.343.147,78	5.343.147,78	-	7.781.652,94	7.781.652,94	-
Saldo Patrimonial	118.331.379,42	118.259.748,51	71.630,91	117.307.374,24	117.306.470,20	904,04

Fonte: Da autora, com dados do Portal Municipal de Caarapó e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Com a utilização da **tabela 2**, percebemos que o município agiu da mesma forma que no ano de 2013, ou seja, em 2014 e 2015 o município atendeu apenas o art. 37 da CF/88 e em seu § 1º onde estabelece a obrigação da publicação das informações, mas não atende aos princípios estabelecidos em lei. Deixando assim de atender as características do princípio de transparência e eficiência, pois não houve qualidade de informação, não é de forma fidedigna e assim não é útil a população, pois não transparece a realidade porque ocorreu variação dos valores apresentados por ambas as informações divulgadas pelo município.

Mesmo que a variação seja pequena, não cumpri a veracidade que deve conter essas informações prestadas a sociedade.

**Figura 2:** Variação entre os demonstrativos 2014-2015.

Fonte: Da autora, elaborada com dados da pesquisa.

Em 2014 apresenta variações, porém menor ao se comparar com o exercício anterior, pois apresenta em seu ativo financeiro uma diferença de R\$ 12,47, em seu ativo permanente o valor de R\$ 93.517,21, já no seu passivo permanente consta uma variação de R\$ 21.898,77 e saldo patrimonial de R\$ 71.630,91.

Nota-se que em 2015, a variação foi menos significativa, pois apresentou uma divergência de R\$ 904,04.

Entretanto, mesmo com uma diferenciação menor, o município não atende a legislação como um todo, deixando assim de ser transparente e eficiente para com a população, deixando uma insegurança a ela.

Já que a divulgação deve ser de forma confiável para que o cidadão tenha segurança de que ela seja digna de crédito, de confiança (FIGUEIREDO, 2013).

Tabela 3: Contas pesquisadas nas Transparências Públicas do Município de Caarapó/MS em R\$ (2016-2017)

Contas Analisadas	2016			2017		
	Portal Transparência	STN*	Diferença	Portal Transparência	STN	Diferença
Ativo Financeiro	22.034.897,14	22.034.897,14	-	-	23.258.901,74	-
Ativo Permanente	114.534.107,04	114.534.107,04	-	-	126.860.943,51	-
Passivo Financeiro	5.277.701,41	5.277.701,41	-	-	31.052.103,30	-
Passivo Permanente	13.420.743,00	13.420.743,00	-	-	0	-
Saldo Patrimonial	117.870.559,77	117.870.559,77	-	-	119.067.741,95	-

Fonte: Da autora, com dados do Portal Municipal de Caarapó e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Observando a **Tabela 3**, nota-se que o município de Caarapó cumpriu com a legislação imposta, pois ele fez a publicação dos dados em ambos os meios eletrônicos, de uma forma ainda a cumprir com o princípio de transparência e eficiência, porque atendeu as características de qualidade, utilidade, trazendo segurança a população por divulgar informações iguais, onde pode-se entender que seja de forma a mostrar a realidade da gestão, ou seja de forma verídica.

Ao analisarmos o ano subsequente, observamos que o município regrediu novamente, pois deixou de cumprir com os escopos em leis, fazendo com que não se atenda novamente aos princípios de transparência e eficiência. Ou seja, podendo a vir sofrer penalidades, como ser impedido de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, segundo o art. 51 em seu § 2º.

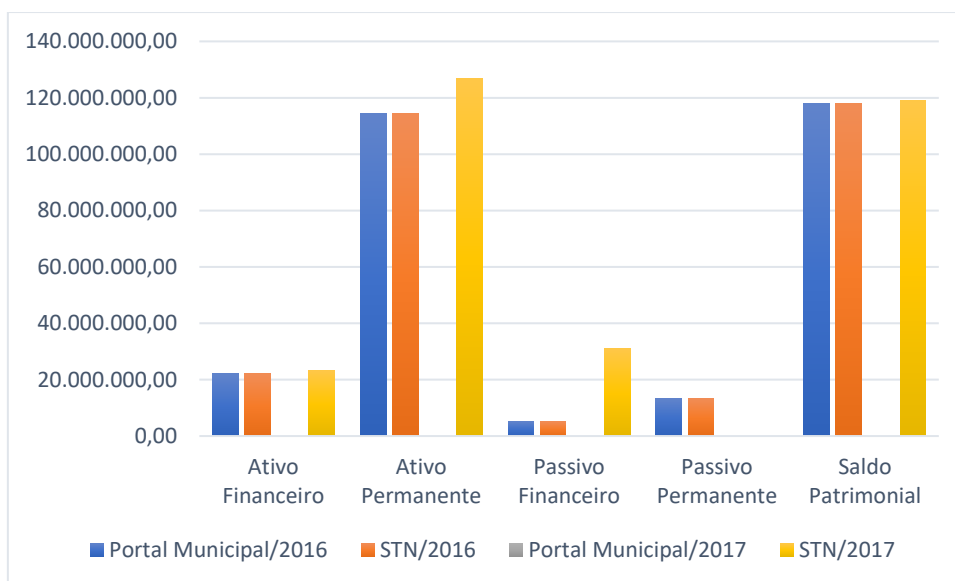


Figura 3: Variação entre os demonstrativos 2016-2017.

Fonte: Da autora, elaborada com dados da pesquisa.

A **Figura 3**, demonstra que em 2016 pelo município atender a lei e seus princípios, não ocorre variação, logo os valores se igualam. Mostrando assim, que Caarapó foi transparente e agiu de forma eficiência quanto a prestação de contas nesse ano.

Já no ano de 2017 não houve variação, pelo descumprimento por parte do município na divulgação dos dados, ou seja, com a falta de informação prestada não há como fazermos uma comparação para averiguação, porém com a não divulgação o município não atende aos princípios estipulados em lei.

Com base nos dados analisados, percebeu-se que no ano de 2012 a 2016 por meio do portal do município e no ano de 2012 a 2017 pelo STN, o município atendeu a LRF que exige a publicação das contas públicas, mas não de forma transparentes, porém só no ano de 2016 além de acatarem o art. 48 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, agiu de forma eficiente, pois não ocorreu variação entre os dados obtidos.

Diante disso, finaliza-se que o município de Caarapó - MS cumpriu com o princípio da publicidade no ano de 2012 a 2016, estabelecido pelo Art. 37 da CF/88. Porém deixou de seguir o princípio da eficiência no ano de 2013, 2014, 2015 e 2017.

Já em 2012 e 2016, percebeu-se um resultado favorável, pois além de executar a legislação vigente da LRF, nota-se que se atentou a constituição que estabelece o princípio da publicidade e eficiência, porque houve a divulgação no portal do município

e também foi disponibilizado a Secretaria do Tesouro Nacional e não incorre variação. Porém no ano subsequente, notou-se a não transparência do município, assim deixando de cumprir com os deveres estabelecidos em lei.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, podemos responder ao questionamento proposto, o qual objetivava verificar se o município de Caarapó-MS foi transparente e eficiente na divulgação das contas públicas e assim foi possível verificar por meio do portal da transparência do município e através da divulgação no STN, o Balanço Patrimonial, em especial as contas: ativo financeiro; ativo permanente; passivo financeiro; passivo permanente e saldo patrimonial.

Conclui-se que a publicidade se faz presente no município nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, porém só se faz presente o princípio de transparência e eficiência no ano de 2012 e 2016, o restante deixa faltar no quesito eficiência, pois algumas informações são divergentes.

Em 2017 cumpre com a Lei complementar nº 101 art. 51º, pois fez a divulgação em âmbito nacional, porém deixa de desempenhar a divulgação pelo portal municipal.

Nota-se que o município atende a legislação em partes, pois no decorrer desses 6 anos foram feitas a publicidade conforme é exigida, porém não é obedecida a lei como um todo, pois em um ano é feita a divulgação em apenas um dos meios eletrônicos e apenas no ano de 2012 e 2016 estavam em conformidade com as leis que exige a transparência e a eficiência.

Sugere-se a outros pesquisadores dar continuidade ao trabalho, no qual podem aprofundar o estudo para verificar porque a divulgação das contas públicas não foi de maneira eficiente nos outros anos. Outro estudo poderia demonstrar a importância para sociedade atender esses princípios e verificar se existe alguma fiscalização e se não, formas de solucionar esse problema.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R. et al. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010

ALMEIDA, W. G. et al. Participação popular e a execução financeira e orçamentária, sob a perspectiva da lei de responsabilidade fiscal. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 4, n. 8, 2015.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. Atlas, 2002.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na gestão municipal**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm> Acesso em Jun. 2018.

CAMARA LEGISLATIVA. **Lei da cf de 1988, Art. 165**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: out. 2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm> Acesso em: dez. 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. Atlas, 2012.

FIGUEIREDO, V. D. S et al. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 1, 2013

JÚNIOR, Edilson Pereira Nobre. Administração pública e o princípio constitucional da eficiência. **Revista de Direito Administrativo**, v. 241, p. 209-240, 2005.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MACHADO, N. **Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental**. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 2002.

MARTINS, I. G. S.; ALTAMIRO, A. C. Direito tributário. **Rio de Janeiro: América Jurídica**, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 4.416, de 16 de outubro de 2013**. Disponível em <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/4191b6556aa3302a04257c07006a930f?OpenDocument>> Acesso em: jun. 2018.

NETO, O. A. P. et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2009.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PEREIRA, J. M. Controle Social e Transparência: Avaliação do Modelo de Acesso à Informação no Brasil. **GIGAPP Estudos Working Papers**, n. 33, p. 1-21, 2017.

SANTOS, A. J. D. Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. **REAd: revista eletrônica de administração**. Porto Alegre. Edição 22, vol. 7, n. 4 (jul/ago 2001), documento eletrônico, 2001.

SANTOS, M. C. et al. Governo eletrônico e transparência: desdobramentos sobre publicidade e controle externo das contas públicas municipais. **REVISTA UNINGÁ**, v. 52, n. 1, 2018.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. Atlas, 2010.

SILVA, A.; MIRANDA, J. **Portal da Transparência e qualidade da informação: um estudo do Portal da Transparência de um governo local brasileiro**. Portal, v. 5, p. 1-2017.

STN. Secretária do Tesouro Nacional: **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/113505/Parte_IV_PCASP2012.pdf> Acesso em: dez. 2018.

7.0 ANEXOS

Anexo 01- Balanço Patrimonial Portal Municipal 2012

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO XIV

Página: 1

PERÍODO : [Janeiro à Dezembro de 2012]

A T I V O	VALOR	P A S S I V O	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	3.993.777,87	PASSIVO FINANCEIRO	1.376.524,34
DISPONIVEL	3.407.881,57	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.376.524,34
CAIXA GERAL		RESTOS A PAGAR	1.368.269,75
BANCOS - CONTA MOVIMENTO	2.091.286,77	CONSIGNACOES	8.254,59
BANCOS - CONTA VINCULADA	1.169.845,26		
BANCOS CAMARA	146.749,54		
ATIVO REALIZÁVEL	585.896,30		
CREDITO A RECEBER - FPM	585.896,30		
ATIVO PERMANENTE	28.658.559,87	PASSIVO PERMANENTE	20.817.491,44
BENS MÓVEIS	9.779.289,23	DÍVIDA FUNDADA	1.987.823,61
MÓVEIS	9.779.289,23	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	1.987.823,61
BENS IMÓVEIS	16.511.035,64	PROVISÕES MATEMÁTICAS	18.829.667,83
IMÓVEIS	16.511.035,64	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	18.829.667,83
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	7.790,00	SOMA DO PASSIVO REAL	22.194.015,78
BENS MÓVEIS DE NATUREZA INDUSTRIAL	7.790,00		
CREDITOS	2.360.445,00		
DIVIDA ATIVA	2.360.445,00		
SOMA DO ATIVO REAL	32.652.337,74		
		SALDO PATRIMONIAL	10.458.321,96
SALDO PATRIMONIAL		ATIVO REAL LIQUIDO	10.458.321,96
PASSIVO REAL DESCOBERTO			
TOTAL GERAL	32.652.337,74	TOTAL GERAL	32.652.337,74

MATEUS PALMA DE FARIAS
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO FÉLIX N. NETO
TC/CRC-MS 005422/O-5

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por MUNICIPIO DE CAARAPÓ em: 29/08/2017 07:49.

ANEXO 02 - Balanço Patrimonial STN/Contas Específicas 2012

QUADRO DOS DADOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

MUNICÍPIO: CAARAPO/MS

CNPJ: 03.155.900/0001-04

Exercício: 2012

CVA: 2013042911165200301119

R\$ 1,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1	ATIVO = (84+85)	32.652.337,74
2	ATIVO FINANCEIRO = (3+14+19+20+27)	3.993.777,87
3	DISPONÍVEL = (4+12+13)	1.846.306,75
4	EM MOEDA NACIONAL = (5+6+7)	1.846.306,75
5	Caixa	0,00
6	Bancos c/ Movimento	1.846.306,75
7	Aplicações Financeiras = (8+9+10+11)	0,00
8	Títulos	0,00
9	Fundos de Aplicação Financeira	0,00
10	Poupanças	0,00
11	Outras aplicações	0,00
12	EM MOEDA ESTRANGEIRA	0,00
13	DEMAIS DISPONIBILIDADES	0,00
14	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - Disponível = (15+16+17+18)	585.896,30
15	Créditos a Receber - Em Circulação	0,00
16	Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00
17	Outros Valores Realizáveis	585.896,30
18	Valores Diferidos	0,00
19	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
20	INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA = (21+...+25-26)	1.561.574,82
21	Investimentos em Segmento de Renda Fixa	1.561.574,82
22	Investimentos em Segmento de Renda Variável	0,00
23	Títulos e Valores Mobiliários	0,00
24	Investimentos com a Taxa de Administração do RPPS	0,00
25	Empréstimos com Recursos Previdenciários a Receber	0,00
26	(-) Provisão para Perdas em Investimentos	0,00
27	ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,00
28	ATIVO NÃO FINANCEIRO = (29+45+48+50+62)	28.658.559,87
29	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO = (30+40)	0,00
30	Créditos em Circulação - Curto Prazo = (31-32+33+...+38-39)	0,00
31	Fornecimentos a Receber	0,00

32	(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos - Fornecimentos a Receber	0,00
33	Créditos Parcelados	0,00
34	Diversos Responsáveis	0,00
35	Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	0,00
36	Adiantamentos Concedidos	0,00
37	Recursos Vinculados - Curto Prazo	0,00
38	Outros Créditos em Circulação	0,00
39	(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	0,00
40	Bens e Valores em Circulação = (41+42+43-44)	0,00
41	Estoques	0,00
42	Títulos e Valores	0,00
43	Outros Bens e Valores em Circulação	0,00
44	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Outros Bens e Valores	0,00
45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - Ativo Não Financeiro = (46+47)	0,00
46	Despesas Antecipadas	0,00
47	Outros Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
48	INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA. = (49)	0,00
49	Investimentos em Segmento de Imóveis	0,00
50	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO = (51+54)	2.360.445,00
51	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo = (52+53)	0,00
52	Depósitos Compulsórios	0,00
53	Recursos Vinculados - Longo Prazo	0,00
54	Créditos Realizáveis a Longo Prazo = (55-56+57+58+59-60-61)	2.360.445,00
55	Dívida Ativa	2.360.445,00
56	(-) Provisão p/ Perdas de Dívida Ativa	0,00
57	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
58	Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	0,00
59	Créditos a Receber - Longo Prazo	0,00
60	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Outros Créditos Realizáveis LP	0,00
61	(-) Provisão para devedores duvidosos - LP	0,00
62	PERMANENTE = (63+68+78+81)	26.298.114,87
63	Investimentos = (64+65+66-67)	0,00
64	Participação Societária	0,00
65	Participação Societária em Empresas Dependentes	0,00
66	Outros Investimentos	0,00
67	(-) Provisão p/ Perdas Prováveis - Investimentos	0,00
68	Imobilizado = (69+72+76-77)	26.298.114,87
69	Bens Móveis = (70+71)	9.779.289,23
70	Máquinas e Equipamentos	9.779.289,23
71	Outros Bens Móveis	0,00
72	Bens Imóveis = (73+74+75)	16.518.825,64
73	Edifícios e Instalações	16.511.035,64

74	Terras e Terrenos	0,00
75	Outros Bens Imóveis	7.790,00
76	Títulos e Valores.	0,00
77	(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados	0,00
78	Intangível = (79-80)	0,00
79	Bens Intangíveis	0,00
80	(-) Depreciação, Amortização e Exaustão Acumulados.	0,00
81	Diferido = (82-83)	0,00
82	Despesas Diferidas	0,00
83	(-) Amortização Acumulada	0,00
84	ATIVO REAL = (2+28)	32.652.337,74
85	ATIVO COMPENSADO = (86+87+88+89)	0,00
86	Responsabilidade por Títulos e Valores	0,00
87	Garantias de Valores	0,00
88	Convênios e Contratos	0,00
89	Outras Compensações	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1	PASSIVO = (64+65+69)	32.652.337,74
2	PASSIVO FINANCEIRO = (3+6+24+25)	1.376.524,34
3	DEPÓSITOS = (4+5)	8.254,59
4	Consignações	8.254,59
5	Depósitos de Diversas Origens	0,00
6	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - PF = (7+18+20+21+22+23)	1.368.269,75
7	Restos a Pagar Processados = (8+...+17)	528.961,66
8	Fornecedores - Do Exercício	203.455,15
9	Fornecedores - De Exercícios Anteriores	0,00
10	Convênios a Pagar	0,00
11	Pessoal a Pagar - Do Exercício	278.873,21
12	Pessoal a Pagar - De Exercícios Anteriores	0,00
13	Precatórios - Passivo Financeiro	0,00
14	Encargos Sociais a Recolher	46.633,30
15	Provisões Diversas	0,00
16	Obrigações Tributárias	0,00
17	Débitos Diversos a Pagar	0,00
18	Restos a Pagar Não Processados = (19)	839.308,09
19	A Liquidar	839.308,09
20	Credores Diversos	0,00
21	Adiantamentos Recebidos	0,00
22	Outras Obrigações a Pagar	0,00
23	Valores Diferidos	0,00
24	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - PF	0,00


25	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,00
26	PASSIVO NÃO FINANCEIRO = (27+43+44+63)	20.817.491,44
27	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO = (28+29+33+37+38+39+42)	1.987.823,61
28	Provisões	0,00
29	Operações de Crédito Internas - Em Circulação = (30+31+32)	1.987.823,61
30	Em Títulos	0,00
31	Em Contratos	1.987.823,61
32	Financiamentos e Outras	0,00
33	Operações de Crédito Externas - Em Circulação = (34+35+36)	0,00
34	Em Títulos.	0,00
35	Em Contratos.	0,00
36	Financiamentos e Outras.	0,00
37	Obrigações a Pagar - Em Circulação	0,00
38	Adiantamentos Diversos Recebidos	0,00
39	Precatórios - Passivo Não Financeiro = (40+41)	0,00
40	Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00
41	Precatórios a Partir de 05/05/2000	0,00
42	Outros Débitos a Pagar	0,00
43	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO - PNF	0,00
44	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO = (45+46)	18.829.667,83
45	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
46	Obrigações Exigíveis a Longo Prazo = (47+51+55+56+57+62)	18.829.667,83
47	Operações de Crédito Internas - Longo Prazo =(48+49+50)	0,00
48	.Em Títulos	0,00
49	.Em Contratos	0,00
50	.Financiamentos e Outras	0,00
51	Operações de Crédito Externas - Longo Prazo =(52+53+54)	0,00
52	.Em Títulos.	0,00
53	.Em Contratos.	0,00
54	.Financiamentos e Outras.	0,00
55	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
56	Obrigações a Pagar	0,00
57	Provisões Matemáticas Previdenciárias = (58+59-60+61)	18.829.667,83
58	Provisões para Benefícios Concedidos	8.655.408,34
59	Provisões para Benefícios a Conceder	10.174.259,49
60	(-) Provisões Amortizadas	0,00
61	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	0,00
62	Outras Exigibilidades	0,00
63	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0,00
64	PASSIVO REAL = (2+26)	22.194.015,78
65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO = (66+67+68)	10.458.321,96
66	Patrimônio/Capital	0,00

67	Reservas	0,00
68	Resultado Acumulado	10.458.321,96
69	PASSIVO COMPENSADO	0,00

ANEXO 03- Balanço Patrimonial Portal Municipal 2013

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	10.650.274,54		PASSIVO CIRCULANTE	2.647.293,15	
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.744.939,13		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	405.067,85	
Créditos a Curto Prazo	2.905.335,41		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	
Clientes			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.959.131,00	
Créditos Tributários a Receber	0,00		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	
Dívida Ativa Tributária	0,00		Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Dívida Ativa não Tributária - Clientes	2.905.335,41		Provisões a Curto Prazo	283.094,30	
Créditos de Transferências a Receber			Demais Obrigações a Curto Prazo		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00				
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00			17.068.383,52	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Estoques	0,00		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	1.332.959,52	
VPD Pagas Antecipadamente	0,00		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	15.735.424,00	
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00		Fornecedores a Longo Prazo		
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00		Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Créditos a Longo Prazo			Provisões a Longo Prazo		
Clientes			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Créditos Tributários a Receber	64.899.531,87		Resultado Diferido		
Dívida Ativa Tributária	0,00		TOTAL DO PASSIVO	19.715.676,67	
Dívida Ativa não Tributária - Clientes	0,00				
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00				
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Patrimônio Social e Capital Social		
Estoques			Adiantamento para o Futuro Aumento de Capital		
VPD Pagas Antecipadamente	0,00		Reservas de Capital		
Investimentos	0,00		Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Participações Permanentes	0,00		Reservas de Lucros		
Participações Avaliadas pelo Método Equivalência Patrimonial			Demais Reservas		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo			Resultados Acumulados	55.834.129,74	
Propriedade para Investimento			Resultado do Exercício	8.071.606,78	
Demais Investimentos Permanentes			Resultados de Exercícios Anteriores	11.246.869,90	
Imobilizado			Ajustes de Exercícios Anteriores	36.515.653,06	
Bens Móveis			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Bens Imóveis			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.834.129,74	
Intangível			TOTAL	75.549.806,41	
Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	64.899.531,87				
Direito de Uso de Imóveis	8.658.803,25				
	56.240.728,62				
TOTAL	75.549.806,41		PASSIVO FINANCEIRO	443.969,67	
ATIVO FINANCEIRO	7.744.939,13		PASSIVO PERMANENTE	17.068.383,52	
ATIVO PERMANENTE	67.804.867,28		SALDO PATRIMONIAL	58.037.453,22	

ANEXO 04 - Balanço Patrimonial STN/Contas Específicas 2013

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de Caarapó - MS (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2013
	Período de referência: Período único (anual)


Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2013
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	0,00
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	0,00
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	0,00
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	0,00
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	0,00
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	0,00
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	0,00
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	0,00
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	0,00
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos	0,00
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	10.650.274,54
Ativo Permanente	64.899.531,87
Passivo Financeiro	2.647.293,15
Passivo Permanente	17.068.383,52
Saldo Patrimonial	55.834.129,74

ANEXO 05- Balanço Patrimonial Portal Municipal 2014

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	15.255.710,46	10.650.274,54	PASSIVO CIRCULANTE	1.990.821,38	2.647.293,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.902.732,764	7.744.939,13	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16.878,66	405.067,85
Créditos a Curto Prazo	.352.977,70	2.905.335,41	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Clientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.973.777,72	1.959.131,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,0	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	4.352.977,70	2.905.335,41	Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Dívida Ativa não Tributária - Clientes			Provisões a Curto Prazo	165,00	283.094,30
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,0	Demais Obrigações a Curto Prazo		
Empréstimos e Financiamentos concedidos					
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,0			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	110.431.536,89	0		5.343.147,78	17.068.383,52
Estoques					
VPD Pagas Antecipadamente		64.899.531,87			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		0,0	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo		0	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	4.464.290,34	15.735.424,00
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Clientes			Fornecedores a Longo Prazo		
Créditos Tributários a Receber			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Provisões a Longo Prazo		
Dívida Ativa não Tributária - Clientes			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,0	Resultado Diferido		
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo					
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo					
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadamente					
	110.431.536,89		TOTAL DO PASSIVO	7.333.969,16	19.715.676,67
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

Investimentos	7.648.488,20	0	Patrimônio Social e Capital Social		
Participações Permanentes	102.783.048,69		Adiantamento para o Futuro		
Participações Avaliadas pelo Método Equivalência Patrimonial			Aumento de Capital		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo			Reservas de Capital		
Propriedade para Investimento			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Demais Investimentos Permanentes			Reservas de Lucros		
Imobilizado			Demais Reservas		
Bens Móveis			Resultados Acumulados		
Bens Imóveis			Resultado do Exercício		
Intangível		64.899.531,87	Resultados de Exercícios Anteriores	118.353.278,19	55.834.129,74
Softwares		8.658.803,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	62.519.148,45	8.071.606,78
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		56.240.728,62	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	55.834.129,74	11.246.869,90
Direito de Uso de Imóveis					36.515.653,06
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.353.278,19	55.834.129,74
TOTAL	125.687.247,35	75.549.806,41	TOTAL	125.687.247,35	75.549.806,41
ATIVO FINANCEIRO	10.902.732,76	7.744.939,13	PASSIVO FINANCEIRO	2.012.720,15	443.969,67
ATIVO PERMANENTE	114.784.514,59	67.804.867,28	PASSIVO PERMANENTE	5.343.147,78	17.068.383,52
SALDO PATRIMONIAL				118.331.379,42	58.037.453,22
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contra garantias Recebidas			Garantias e Contra garantias Concedidas	757.413,56	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres			Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		15.000,00
Direitos Contratuais			Obrigações Contratuais		994.000,04
Outros Atos Potenciais Ativos			Outros Atos Potenciais Passivos		
TOTAL			TOTAL	757.413,56	1.009.000,04

ANEXO 06- Balanço Patrimonial STN/Contas Especificas 2014

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de Caarapó - MS (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2014
	Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2014
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	10.902.720,29
Ativo Permanente	114.690.997,38
Passivo Financeiro	1.990.821,38
Passivo Permanente	5.343.147,78
Saldo Patrimonial	118.259.748,51


ANEXO 07- Balanço Patrimonial Portal Municipal 2015

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	370.458,86	16.878,66
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Clientes			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	862.920,20	1.973.777,72
Créditos Tributários a Receber			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributária			Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Divida Ativa não Tributária - Clientes			Provisões a Curto Prazo	32.942,80	165,00
Créditos de Transferências a Receber			Demais Obrigações a Curto Prazo		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.366.063,60	10.902.732,76			
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	5.490.838,21	4.352.977,70			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	5.490.838,21	4.352.977,70		266.321,86	1.990.821,38
Estoques			TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	896.872,70	878.857,44
Ativo Realizável a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Créditos a Longo Prazo	20.856.901,81	15.255.710,46	Fornecedores a Longo Prazo	884.780,24	4.464.290,34
Clientes			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Créditos Tributários a Receber			Provisões a Longo Prazo		
Divida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Longo Prazo	781.652,94	5.343.147,78
Divida Ativa não Tributária - Clientes			Resultado Diferido		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo			TOTAL DO PASSIVO	10.047.974,80	7.333.969,16
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadamente					
Investimentos					
Participações Permanentes					
Participações Avaliadas pelo Método Equivalência Patrimonial					
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	107.920.126,04	110.431.536,89			
Propriedade para Investimento	11.549.454,59	10.057.687,06			
Demais Investimentos Permanentes	107.488.896,27	102.783.048,69			
	-11.118.224,82	-2.409.198,86			
Imobilizado					
Bens Móveis					
Bens Imóveis					
(-) Depreciação					
Intangível					
Softwares	107.920.126,04	110.431.536,89			
				118.729.053,05	118.353.278,19
				375.774,86	62.519.148,45
				118.353.278,19	55.834.129,74
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				118.729.053,05	118.353.278,19

Marcas, Direitos e Patentes Industriais Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE					
TOTAL DO ATIVO	128.777.027,85	125.687.247,35	TOTAL DO PASSIVO E DO PAT. LÍQUIDO	128.777.027,85	125.687.247,35

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
(Lei nº 4.320/1964)		
Exercício: 2015		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	15.366.063,60	10.902.732,76
ATIVO PERMANENTE	113.410.964,25	114.784.514,59
Total do Ativo	128.777.027,85	125.687.247,35
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	3.688.000,67	2.012.720,15
PASSIVO PERMANENTE	7.781.652,94	5.343.147,78
Total do Passivo	11.469.653,61	7.355.867,93
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	117.307.374,24	118.331.379,42
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
(Lei nº 4.320/1964)		
Exercício: 2015		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas		
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	145.450,00	757.413,56
Obrigações contratuais	8.425.327,22	
Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	8.570.777,22	757.413,56

ANEXO 08- Balanço Patrimonial STN/Contas Especificas 2015

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Balanço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de Caarapó - MS (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: Período único (anual)


Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2015
2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	0,00
2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	0,00
2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	0,00
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	0,00
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	0,00
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	0,00
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	15.366.063,60
Ativo Permanente	113.410.964,25
Passivo Financeiro	3.688.904,71
Passivo Permanente	7.781.652,94
Saldo Patrimonial	117.306.470,20
Contas de Compensação	-
Contas de Compensação	-
8.1.1.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Ativos	
8.1.1.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	
8.1.1.2.0.00.00 - Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros	
8.1.1.3.0.00.00 - Execução de Direitos Contratuais	
8.1.1.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos	
8.1.2.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	
8.1.2.2.0.00.00 - Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros	
8.1.2.3.0.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais	
8.1.2.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	

Industriais					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE					
TOTAL DO ATIVO	136.569.004,18	128.777.027,85	TOTAL DO PASSIVO E DO PAT. LÍQUIDO	136.569.004,18	128.777.027,85


QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
(Lei nº 4.320/1964)		
Exercício: 2016		
Anterior	Exercício Atual	Exercício
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	22.034.897,14	15.366.063,60
ATIVO PERMANENTE		114.534.107,04
113.410.964,25		
Total do Ativo		136.569.004,18
128.777.027,85		
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	5.277.701,41	3.688.000,67
PASSIVO PERMANENTE	13.420.743,00	7.781.652,94
Total do Passivo	18.698.444,41	11.469.653,61
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	117.870.559,77	117.307.374,24

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
(Lei nº 4.320/1964)		
Exercício: 2016		
Anterior	Exercício Atual	Exercício
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas		
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	11.636,28	145.450,00
Obrigações contratuais	9.967.421,28	8.425.327,22
Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	9.955.785,00	8.570.777,22

ANEXO 10- Balanço Patrimonial STN/Contas Especificas 2016

 Balanço Anual (DCA) Prefeitura Municipal de Caarapó - MS (Poder Executivo) CNPJ: Exercício: 2016 Período de referência: Período único (anual)	Valores	
	31/12/2016	
	Balanço Patrimonial	
2.3.7.2.0.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados		0,00
2.3.7.2.1.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação		0,00
2.3.7.2.1.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício		
2.3.7.2.1.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício		
2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão		
2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS		0,00
2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício		
2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício		
2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão		
2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União		0,00
2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício		
2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício		
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão		
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado		0,00
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício		
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício		
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão		
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município		0,00
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício		
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício		
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores		
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão		
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria		0,00
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação		
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS		
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União		
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado		
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município		
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria		0,00
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação		
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS		
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União		
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado		
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município		
Apuração do Saldo Patrimonial		-
Apuração do Saldo Patrimonial		-
Ativo Financeiro		22.034.897,14
Ativo Permanente		114.534.107,04
Passivo Financeiro		5.277.701,41
Passivo Permanente		13.420.743,00
Saldo Patrimonial		117.870.559,77
Contas de Compensação		-
Contas de Compensação		-
8.1.1.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Ativos		
8.1.1.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas		
8.1.1.2.0.00.00 - Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
8.1.1.3.0.00.00 - Execução de Direitos Contratuais		
8.1.1.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Ativos		
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos		
8.1.2.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas		
8.1.2.2.0.00.00 - Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		11.636,28
8.1.2.3.0.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais		9.967.421,28
8.1.2.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Passivos		

ANEXO 11 - Balanço Patrimonial STN/Contas Específicas 2017

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Balanço Anual (DCA)
	Prefeitura Municipal de Caarapó - MS (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores	
	31/12/2017	
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação		
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS		
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União		
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado		
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município		
Apuração do Saldo Patrimonial		-
Apuração do Saldo Patrimonial		-
Ativo Financeiro		23.258.901,74
Ativo Permanente		126.860.943,51
Passivo Financeiro		31.052.103,30
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante - Financeiro		3.925.736,85
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante - Financeiro		27.126.366,45
6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar		
6.3.1.7.1.00.00 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício		
Passivo Permanente		
Saldo Patrimonial		119.067.741,95
Contas de Compensação		-
Contas de Compensação		-
8.1.1.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Ativos		0,00
8.1.1.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas		
8.1.1.2.0.00.00 - Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
8.1.1.3.0.00.00 - Execução de Direitos Contratuais		
8.1.1.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Ativos		
8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos		29.975.836,40
8.1.2.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas		
8.1.2.2.0.00.00 - Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		11.636,28
8.1.2.3.0.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais		29.964.200,12
8.1.2.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Passivos		